



Contexto Sociojurídico Do Trabalho Dos Imigrantes Venezuelanos Em Boa Vista/RR¹

Eduardo Alves NETO²

Patrícia Carvalho PADILHA³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

A realidade social de Boa Vista/ RR mudou com a chegada dos imigrantes venezuelanos, cujo fluxo aumentou a partir do ano de 2015. Estima-se que existam mais de 80 mil venezuelanos. Esta presença afeta o cotidiano e especialmente o setor trabalhista, por isso, qualquer aumento na concorrência por uma vaga causa tensões e no caso de mulheres, o gênero, amplia os conflitos. A problemática se dá a partir da questão; qual o contexto social e jurídico do mercado de trabalho in/formal em que estão inseridos os imigrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista/RR? Pretende-se compreender o perfil social dos trabalhadores venezuelanos e verificar quais são os direitos existentes, e sua efetividade no trabalho do imigrante no Brasil; identificar dados sociodemográficos sobre o trabalho do venezuelano imigrante; e entender as relações do trabalho in/formal. A partir da pesquisa documental, exploratória, qualitativa, de dados ao Ministério de Trabalho e Emprego do Brasil (MTE), UNICEF, ACNUR, Cátedra Sérgio Vieira de Melo, Polícia Federal, legislação brasileira e internacional, jornais, sites, etc. Constate-se que a legislação brasileira tutela direitos trabalhistas, dentre eles a igualdade - que não é plena devido a discriminação, especialmente para as mulheres. A maioria dos imigrantes venezuelanos possui entre 20 e 39 anos, é homem e solteiro; possui ensino médio completo; não está empregada, aproximadamente a metade não tem carteira de trabalho assinada e trabalham acima de 40 horas semanais; muitos ganham menos de 1 salário mínimo; atuam no comércio; e 29,7% sofreram discriminação no trabalho.

Palavras chave: imigrantes venezuelanos; trabalho; direitos.

Introdução

A migração dos venezuelanos para o Brasil afeta, dentre outras, a área do trabalho, onde as relações decorrentes de disputa por colocação no mercado laboral tornam-se incisivas e agravam-se devido à crise econômica mundial e à fluidez das relações humanas contemporâneas. Nesse cenário, o migrante encontra dificuldades para sobreviver na diáspora, a xenofobia, a desigualdade

¹ Trabalho apresentado no GT 1 – Imigrações Internacionais Contemporâneas: Novas Abordagens Teóricas e Metodológicas e Novos Recortes Empíricos e Temáticos do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Mestre em Sociologia (PPGS/UFS). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPIIP/UFS. alvesneto.eduardo@gmail.com

³ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) Bolsista Capes. Mestre em Direito Público e Evolução Social (UNESA/RJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder - GEPIIP/UFS. patriciacpadilha1@gmail.com



social, legal e laboral (especialmente quanto ao salário e ao acesso e a permanência no mercado de trabalho), o dano moral, dentre outros. Quanto à mulher migrante a essas dificuldades é acrescido o agravante do seu gênero.

No intuito de avaliar o contexto social e jurídico do mercado de trabalho formal em que estão inseridos os imigrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista/RR recorreremos à coleta de dados junto ao Ministério de Trabalho e Emprego do Brasil (MTE), UNICEF, ACNUR, Cátedra Sérgio Vieira de Melo, legislação brasileira e internacional, jornais, sites, etc. Quanto aos procedimentos, a pesquisa seguirá três fases, a primeira comporta o entendimento dos conceitos de trabalho e emprego; bem como, a respeito da tutela jurídica dos imigrantes no Brasil, especialmente quanto aos direitos trabalhistas, sob o foco da Constituição Federal, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto - Lei n. 5.452/1943 - a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); a segunda corresponde à pesquisa de dados junto a órgãos públicos, entidades, meios de comunicação (internet, jornais, etc.), artigos e trabalhos de conclusão de curso sobre o tema; e na última, serão avaliados os dados compilados sob o prisma relacional da teoria e dos dados.

No tocante aos resultados, esperamos promover uma reflexão sociológica e jurídica sobre o trabalho in/formal do homem e da mulher migrante.

1.Contexto jurídico e sociológico: trabalho, emprego e direitos

1.1Dados da imigração

Conforme a Casa Civil da Presidência da República, até outubro de 2018, 85 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal de Roraima para regularizar a situação no Brasil. Desses, 54.100 solicitaram refúgio. Outros 18.900 pediram residência e o restante havia agendado atendimento.

E esta massa populacional precisa trabalhar para prover seu sustento. (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA). Somente em 2019, mais de 52 mil venezuelanos pediram condição de refúgio para Roraima (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA). De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), até o ano de 2019, 104.355 venezuelanos entraram com pedido de refúgio no Brasil entre os anos de 2010 e 2019.



Desse total, Roraima é responsável por 85% dos pedidos, num total de 88.820 refugiados de vários países, sendo 83.062 apenas de venezuelanos, segundo os dados da Coordenação Geral de Polícia de Imigração (FOLHA DE BOA VISTA, 2019). Acolhendo as informações da Coordenação Geral de Polícia de Imigração e ACNUR, o perfil da profissão dos trabalhadores imigrantes é em maioria pedreiros, serventes, gesseiros, com idade economicamente ativa entre 18 a 49 anos (FOLHA DE BOA VISTA, 2019).

1.2 Documentos formais para o trabalho dos imigrantes

Os venezuelanos que chegam ao Brasil solicitam refúgio ou residência temporária, e dessa forma adquirem direitos como o da emissão do Cadastro de Pessoa Física - (CPF) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ficando habilitados para trabalhar formalmente com os mesmos direitos inerentes a qualquer trabalhador no Brasil.

Após o registro do pedido de refúgio na Polícia Federal, o imigrante receberá um protocolo provisório (até 180 dias - renovável até a decisão final do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE) - (ACNUR, 2014), com este, o imigrante faz prova de sua regulamentação migratória e garante sua proteção jurídica no Brasil, como o acesso aos serviços públicos.

Os imigrantes que optarem pelo pedido de residência temporária, com fundamento na Resolução n. 126/2017, possuirão direito à CTPS.

Quanto à emissão da CTPS, ressaltamos que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Portaria nº 699 de 28 de maio de 2015 (que alterou o § 3º, do art. 1º, da Portaria nº 369, de 13 de março de 2013), desburocratizou o processo de solicitação para permitir que os órgãos da administração pública direta e indireta, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, possam realizar o atendimento de solicitação e entrega da CTPS ao migrante; essa medida favoreceu os imigrantes ao promover mais celeridade aos procedimentos.

1.3 Acepção dos conceitos; trabalho e emprego

Sob o foco jurídico existe diferença entre trabalho e emprego. A lei não conceitua o primeiro, ele é definido no âmbito doutrinário, como uma relação que envolve toda forma de contratação da energia de trabalho humano que seja



admissível legalmente (RESENDE,2016). O emprego também é definido dessa forma, porém, são necessários alguns requisitos que a relação de trabalho não possui, os quais estão previstos no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a subordinação, habitualidade, onerosidade, pessoalidade e ser prestado por pessoa física.

O trabalho é gênero, que envolve toda e qualquer modalidade de trabalho humano, da qual são espécies a relação de emprego, o trabalho avulso (Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), eventual, autônomo (art. 442-B, CLT), voluntário, cooperativado, institucional, a relação de trabalho de estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) e o trabalho Intermitente - modalidade que constitui uma relação de emprego, ainda que não cumpra os requisitos necessários, uma vez que é um trabalho sem garantias ou obrigações, não havendo habitualidade (art. 452-A da CLT, que foi alterado pela Lei 13.467/2017 - Reforma Trabalhista).

Sob o foco sociológico de Karl Marx, o trabalho é uma atividade onde o homem usa sua força na produção dos recursos para sua sobrevivência. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX,1985a, p.153). Na sociedade capitalista o trabalhador realiza o papel de mero produtor de valor de troca, pois “todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende e sua força de trabalho como mercadoria” (Marx, 1985b, p.48). Atualmente este cenário é perceptível com as relações precarizadas de trabalho, em um contexto de individualismo e competitividade, que está em sintonia com os ideais neoliberais que submetem o homem à constante ameaça de ser demitido; isso o leva a não medir esforços para garantir sua vaga no mercado de trabalho, para além dos muros das organizações (ANTUNES, 2000).

1.4 Os direitos trabalhistas dos imigrantes

Os imigrantes e os brasileiros têm direitos iguais no Brasil, independente de seu gênero, conforme a Constituição Federal, art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à



igualdade, à segurança e à propriedade [...]”, e em seu inciso I, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”;

A atual Lei de Migração Lei nº 13.445/17, revogou o antigo Estatuto do Estrangeiro, pelo qual o estrangeiro era visto como “uma ameaça” e entrou em sintonia com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, assegurando direitos fundamentais aos migrantes, que passaram a ser percebidos como “sujeito de direitos”. Isso refletiu-se na seara trabalhista, como o reconhecimento desses direitos aos imigrantes permite que eles sejam vistos como iguais (ao menos pela lei) e favorece sua inserção no mercado de trabalho.

A Lei de Migração apresenta um rol de direito aos imigrantes; no seu artigo 1º, a “igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares (IX); o “desenvolvimento humano no local de origem”(XX); no art. 3º, II, consta o “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”, dentre os princípios que direcionam a política migratória brasileira; no seu art. 4º assegura ao migrante em todo o território nacional, a “condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”; no inciso XI do referido artigo, prevê a “garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”.

Por isso, homens e mulheres estrangeiros possuem os mesmos direitos trabalhistas que os brasileiros. Estes direitos estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 5º, XIII, onde “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”; e em seu maior gama, no art. 7º, cuja leitura de seus incisos, nos leva a destacar os principais direitos dos trabalhadores urbanos e rurais: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (I); seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (II); salário mínimo (V); décimo terceiro salário (VIII); remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (IX); salário-família (XII); repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos (XV); hora extra (XVI); férias anuais (XVII); licença à gestante (XVIII); licença-paternidade (XIX); aviso prévio (XXI); proibição de diferença de



salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (XXX).

A Constituição Federal também assegura aos trabalhadores o direito de greve, competindo aqueles decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender (art.9º) e a livre associação profissional ou sindical (art.8º). Especificamente sobre as mulheres, a discriminação de gênero prejudica a efetividade de seu direito ao acesso ao mercado de trabalho (art. 7º, XX da Constituição Federal), por isso existem algumas medidas legais para protegê-las, promover o seu trabalho e corrigir as distorções que afetam o referido acesso.

A exemplo, citamos a proibição dos empregadores publicarem anúncio de emprego, recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho decorrentes de gênero, ou considerar este como uma variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional; exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego - para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas; a proibição do empregador ou preposto de realizar revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias (art. 373-A, CLT). A exceção a essas regras ocorre quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.

Além dos direitos trabalhistas, as mulheres possuem direitos previdenciários, como estabilidade provisória, que proíbe a dispensa de forma arbitrária ou sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto⁴; licença-maternidade de 120 dias - para empregada gestante e à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente (arts. 392 e 392-A da CLT); o salário-maternidade - devido à segurada da Previdência Social, durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, bem como da adoção - no caso da adotante (art. 71 e 71-A da Lei 8.213/1991).

Todos estes direitos estão em consonância com os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência multilateral da

⁴ art. 10, inciso II, *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil.



Organização das Nações Unidas que trata das questões do trabalho a nível global, especialmente quanto ao cumprimento das normas; e também estão regulados no Decreto - Lei n. 5.452/1943 - a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

É importante destacar que o Estado de Roraima não possui histórico em recebimento de estrangeiros, os serviços estão despreparados para atender os migrantes e há uma grande resistência por parte dos moradores locais associando a migração venezuelana a crimes, prostituição, precarização do trabalho e doenças. Cabe ressaltar que algumas instituições tem feito um trabalho de preparo a essa migração e sensibilização ao tema (SIMÕES, 2017, p. 2), bem como, já existam instituições presentes em ações de acolhimento e atendimento dos imigrantes, como a ACNUR, UNICEF, Ongs, UFRR, ações de instituições religiosas de diversos segmentos, etc.

2. Dados sociodemográficos sobre o trabalho dos venezuelanos

Na busca dos dados sócio demográficos do presente artigo, recorreremos à pesquisa intitulada “Perfil sócio demográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil”, sobre a qual é importante realizarmos algumas explicações. Ela foi publicada em 2017 e buscou dados para subsidiar a implementação de políticas migratórias voltadas para as reais necessidades dos imigrantes e envolveu diversas instituições.

Foi promovida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); teve o desenho metodológico da investigação realizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); sua execução foi realizada pela Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal de Roraima (CSVM/UFRR); contou, dentre seus colaboradores, com os autores SIMÕES; SILVA e OLIVEIRA.

A diáspora reflete na sociedade boavistense quando provoca relações de trabalho e emprego que são “específicas” de imigrantes, que ainda que sejam o “outro”, passam a compor o ambiente familiar e social, especialmente o primeiro, nas atividades domésticas. “O outro, o estrangeiro, não está mais somente nas periferias das grandes cidades ou nas cidades satélite. Ele/ela vive e trabalha no



seio mesmo das famílias que, há não muito tempo, não eram atingidas por este fenômeno migratório”(Kergoat; Campos, 2010, p. 102).

Essa proximidade transpõe a barreira social, pois muitas vezes os imigrantes trabalham para famílias da elite, que “preferem” esta ou aquela etnia ou gênero, conforme a atividade a ser desenvolvida, devido à “racialização do trabalho de *care* através da naturalização das qualidades que seriam próprias a esta ou aquela etnia.”(Kergoat; Campos, 2010, p. 102). Em Roraima, além dos imigrantes venezuelanos, existem haitianos, guianenses, árabes, que desenvolvem estratégias para sobrevivência, cada vez mais difícil em um estado que depende da economia do “contra cheque”, tem um comércio modesto, e não possui indústria⁵

Esses fatores fomentam “o pegar ou largar” e a exploração laboral dos imigrantes que “vivem em situações economicamente e/ou legalmente precárias, mas de formas diferentes” (Kergoat; Campos, 2010, p. 102). A garantia de direitos não assegura uma sobrevivência em condições mínimas, e vice-versa; a exemplo, o trabalhador que recebe um salário suficiente para mandar remessa para sustentar sua família na Venezuela, mas sofre dano moral no ambiente de trabalho; ou aquele que está passando fome no Brasil, mas é atendido prontamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no hospital da cidade. Verificamos que a alteração” - construção ideológica da figura do “outro” - e a radicalização tomam formas inéditas” neste complexo cenário sociojurídico que carece ser avaliado (Kergoat; Campos, 2010, p. 102).

Em primeira análise, é importante nos situarmos sobre características sociodemográficas dos venezuelanos, o seu perfil geral, especificamente quanto ao sexo, idade, estado civil, escolaridade, conhecimentos linguísticos, ano de chegada, local de procedência, principal motivo para o deslocamento, decisão de migrar para o Brasil, a existência de redes migratórias, migração familiar, meio de transporte utilizado para chegar ao Brasil, ocupação na Venezuela antes de emigrar, e trajetória migratória.

⁵ Conforme o levantamento, a “economia do contracheque”, gerada pela Administração Pública, continua sendo o principal agregador de valor ao PIB roraimense, com participação de 49,5%. Em seguida, vem o setor de serviços, que representa 36,5%. A agropecuária vem em quarto representando 5,4% e a indústria com 8,6% (FOLHA DE BOA VISTA, 2020).



Verificamos que, em ambos os sexos, os perfis de 18 a 19 anos (2,9%) e 65 anos ou mais (0,9% total, 0,7% no grupo de homens e 1,2% no grupo de mulheres) são pouco representativos. Tanto em homens como mulheres, as maiores porcentagens se encontram nas faixas etárias de 20 a 39 anos (72% total, 73,3% homens e 69,7% mulheres) e uma parcela significativa (23% total, 21,8% homens e 24,9% mulheres) na faixa etária de 40 a 64. Percebe-se, com isso, que a migração venezuelana é majoritariamente jovem situada entre os 20 a 39 anos, portanto, em fase laboral, sejam homens ou mulheres (SIMÕES, 2017, p.22).

Quanto ao estado civil a maior parcela é de solteiros(as) (53,8% do total, 56,4% dos homens e 49,4% das mulheres), seguida de percentual significativo de casados(as) (21,7% do total, 19,9% dos homens e 24,9% das mulheres) e com companheiro(a) (17,9% do total, 18,1% dos homens e 17,4% das mulheres), o que gera um número de solteiros(as) (53,8%) contra um número de casados(as) ou com companheiro(a) de 39,6%. Separados(as)/Divorciados(as) totaliza apenas 4,5% do total e viúvos(as) 0,8%. (SIMÕES, 2017, p.23)

Verificamos que os migrantes venezuelanos em Boa Vista apresentam altos índices de educação formal. 28,4% do total possuem ensino superior completo, 26,7% dos homens e 31,1% das mulheres); 3,5% do total possuem Pós-Graduação (2,9% dos homens e 4,6% das mulheres); 30,5% do total possuem pelo menos ensino médio completo (30,9% dos homens e 29,9% das mulheres), o que totaliza 78% do total dos migrantes venezuelanos em Boa Vista com pelo menos ensino médio completo.

As porcentagens de ensino médio incompleto (14,0% do total, 15,0% dos homens e 12,4% das mulheres), ensino fundamental completo (4,8% do total, 5,9% dos homens e 2,9% das mulheres), ensino fundamental incompleto (2,3% do total, 2,9% dos homens e 1,2% das mulheres) e analfabetos (0,9% do total, 0,5% dos homens e 1,7 % das mulheres) somam o restante, ou seja, 22%. (SIMÕES, 2017, p.23). A respeito dos conhecimentos linguísticos dos imigrantes, a pesquisa nos demonstrou que “se por um lado há uma taxa de educação formal, a maioria dos venezuelanos (61,4%) não domina um idioma estrangeiro”. Somente 11,4% afirmam ter domínio do Inglês, além do Espanhol (12,4% dos homens e 9,6% das mulheres) - (SIMÕES, 2017, p.26).



A barreira da língua afeta os imigrantes na inserção no mercado laboral, mais da metade (52,9% do total) relatou apresentar dificuldades e entendem que o idioma dificulta sua inserção laboral, contra 43% que disseram não ver problemas entre o idioma e sua inserção no mercado de trabalho; em ambos os índices, os homens figuram com percentual maior que as mulheres.

De fato, a grande maioria (66,9% do total, 67,6% dos homens e 65,6% das mulheres) chegou em 2017, com parcela significativa (24% do total, 22,3% dos homens e 27% das mulheres) em 2016 e insignificante antes de 2016 (6,5% do total, 6,9% dos homens e 5,8% das mulheres), sendo que destes, menos de 3% chegaram antes de 2015. Isso corrobora a percepção de que haviam poucos venezuelanos em Roraima antes da crise venezuelana, e boa parte deles chegaram em 2016 e 2017. Antes de 2016 e em 2017 a maioria que vieram eram homens; em 2016, a maioria dos imigrantes foram mulheres.

A respeito dos locais de procedência e da forma de deslocamento da Venezuelana até o Brasil, dos imigrantes venezuelanos, identificamos que o quanto ao meio de transporte utilizado, 25,6% vieram de carro (incluindo táxis e caronas) e apenas 2,6% destacaram outros meios (avião, a pé, por exemplo). (SIMÕES, 2017, p.26) e a maioria (71,2% do total) utilizou o ônibus como principal transporte (SIMOES, 2017, p.28).

No tocante ao local de procedência, a maioria dos que estão em Boa Vista, (99,4%) vieram da Venezuelana, sendo que apenas 0,5% vieram da Colômbia ou de outros países. Dos que vieram da Venezuela, a maioria, 26,3% do total vieram de Bolívar, 25,7% dos homens e 27,4% das mulheres; 16,3% do total, de Mogana (17,4% dos homens e 14,5% das mulheres); 15,4% do total vieram do Distrito Federal – Caracas (15,2% dos homens e 15,8% das mulheres); 13,1% do total chegaram de Anzoátegui (14,7% dos homens e 10,4% das mulheres); 7,4% do total provieram de Carabobo (5,4% dos homens e 10,8% das mulheres); 19,9% do total vieram de outras províncias (20,6% dos homens e 18,7% das mulheres).

Com base no quantitativo das províncias de procedência na Venezuela, verificamos que há uma heterogeneidade de origem, os imigrantes vem de “todos os cantos” do país, e que as características culturais de cada região não podem ser ignoradas ao avaliar a socialização do imigrante em Boa Vista. Dentre as



províncias, a maioria era homem, com exceção de Carobobo (quase o dobro de mulheres) e do Distrito Federal - Caracas.

Percebemos que dentre os motivos, há o domínio da crise política e econômica (76,4% do total). A crise política representou 25,4% do total (27,0% dos homens e 2,8% das mulheres), e a crise econômica representou 51,0% do total (48,8% dos homens e 54,8% das mulheres).

Com uma parcela de 12,3% do total dizendo que o principal motivo foi a busca de trabalho (14,0% dos homens e 9,5% das mulheres); observamos que a maioria foi homem. Nesse ponto ressaltamos que 54,2% dos pesquisados utilizam seus rendimentos para enviar remessas monetárias, em média R\$ 100,00 a R\$ 500,00, para cônjuge e filhos na Venezuela, com a finalidade de ajudar no sustento desses familiares (SIMÕES, 2017, p.48).

No campo “Outros” destaca-se que aí incluem-se a questão da violência (4,4% do total), perseguição política (2% do total), estudos e (1,9%), tratamento de saúde (0,8%) e motivos diversos. Importante ressaltar que apenas 2% dos entrevistados afirmaram ser a “perseguição política” o principal motivo para o deslocamento, o que levanta o debate acerca de se essa migração é de fato uma migração de refúgio.

A respeito da condição de ocupação antes de migrar, verificamos que os imigrantes, em sua maioria tinham ocupação laboral na Venezuela, observamos que um número expressivo (51,8% do total era empregado (56,6% dos homens e 43,6% das mulheres) e 20,8% trabalhavam por conta própria (23,0% dos homens e 17,0% das mulheres); 13,9% do total eram desempregados antes de vir para o Brasil (11,3% dos homens e 18,3% das mulheres) “número inferior aos 25,3% de taxa de desemprego registrados pelo IMF (2017), mas próximo ao total que trabalha por conta própria e desempregados”(SIMÕES, 2017, p.26).

Quanto à trajetória migratória, especificamente sobre a experiência em migração, destaca-se que 94,1% dos entrevistados apontou que o processo migratório para Roraima foi a primeira experiência de deslocamento. Apenas 5,1% relataram possuir experiências migratórias prévia, interna ou internacional; nesta última, destacamos a Colômbia, EUA e Argentina, dentre outros destinos (SIMOES, 2017, p.27).



Destacamos que apenas 27,6% dos entrevistados informaram possuir parentes que haviam emigrado antes, contra 69,4% que não possuíam parentes com histórico prévio de migração (SIMÕES, 2017, p.27).

Com relação às redes migratórias, 59,8% responderam que conheciam outros imigrantes venezuelanos. 41,5 % do total com rede familiar (39,1% dos homens e 44,8% das mulheres); 58,0 % do total com rede de amigos e/ou conhecidos 60,0% dos homens e 54,0% das mulheres). Verificamos que para migrar, as mulheres utilizaram mais a rede familiar e os homens, a rede de amigos/conhecidos (SIMÕES, 2017, p.28).

Pode-se ver que, daqueles que tinham pessoas conhecidas em Roraima, (59,8% do total), 32,9% do total migraram com familiares e 26,8% migraram sozinhos ou com amigos. Por outro lado, os 40,2% que não apresentaram contatos (redes) em Roraima, apenas 13,9% do total migraram com familiares, deixando expressivos 26,4% do total dos que se deslocaram para Roraima sem redes migratórias e sem migração familiar, ou seja, vieram sozinhos ou com amigos e sem contatos aqui (SIMÕES, 2017, p.28).

Constamos que apenas 29,3% dos entrevistados tiveram familiares com experiência migratória. Desses, há uma divisão próxima entre cônjuges, filhos, irmãos e outros parentes, nesta ordem decrescente. Ressaltamos que as mulheres são as que mais possuem os filhos como familiar com experiência prévia de migração. No tocante aos homens, eles possuem seus cônjuges e irmãos como realizadores de migração anterior, mais do que as mulheres.

No segundo bloco apresentaremos dados sobre as condições de “residência no Brasil” dos imigrantes, referentes ao seu status legal no Brasil, os documentos brasileiros que ele possui, a condição de residência em Roraima e a utilização dos serviços públicos.

A maior parte dos imigrantes venezuelanos em Roraima possui somente o protocolo de refúgio (33,7% do total - 33,5% dos homens e 34,0% das mulheres); 22,8% do total possuem carteira de trabalho (23,6% dos homens e 21,4 % das mulheres); 29% do total possuem CPF (28,6% dos homens e 29,6% das mulheres); e 4% do total não possuem documento nenhum, nem o agendamento (3,9% dos homens e 4,0% das mulheres); 8,1% do total possui agendamento (7,9% dos homens e 8,6% das mulheres) - (SIMÕES, 2017, p.28).



A respeito da condição de residência em Roraima, é importante identificar a realidade social das residências desses imigrantes, pois reflete na sua busca e manutenção no trabalho ou emprego. A maioria (71,2% do total, 68,4% dos homens e 75,9% das mulheres) mora em residência alugada, sendo que 87,6% pagam aluguel de até 500 reais mensais e apenas 12,3% pagam mais de 500 reais; 7,6% do total (10,0% dos homens e 3,3% das mulheres) residem locais públicos (ginásios e abrigos coletivos); 13,4% do total (13,2% dos homens e 13,7% das mulheres) moram em casa de parentes e amigos.

7,4% do total (8,1% dos homens e 6,2% das mulheres) registraram que morar em invasões e situações peculiares – este quantitativo chamou a atenção pois está muito próximo àqueles que utilizam o aparato público para residir; Outro destaque é que os homens são os que mais usam estes abrigos públicos e as invasões; que as mulheres residem mais em casas alugadas; e que há proximidade estatística entre homens e mulheres quando a estratégia de solicitar abrigo na casa de amigos e parentes.

Sobre a quantidade de pessoas que dividem a residência 11,4% dos entrevistados relatou morar com 11 ou mais pessoas e, desses, a quantidade era bem grande, “segundo relatos vindos do campo, com indivíduos dividindo a residência com 20 pessoas ou mais”; 6,2% morar com 8 a 10 pessoas; 26,7% morar com 5 a 7 pessoas; cerca de 46,1% relataram morar com 2 a 4 pessoas e 7,7% morar sozinhos (SIMÕES, 2017, p.31). Observamos que independente da quantidade de pessoas que o imigrante divide a casa, os percentuais entre homens e mulheres é bem próximo.

Referente à utilização dos serviços públicos que o imigrante utiliza no Brasil os serviços de saúde, são os mais procurados, correspondem a 38,9% do total (38,4% dos homens e 39,9% das mulheres), seguidos pelos serviços educacionais, 10,4% do total (as mulheres têm mais procura, correspondem a 13,0%, e 8,8% dos homens) e os de assistência social, 2,2%. Fato de destaque é que 48,4% dos pesquisados não utilizam nenhum tipo de serviço público (SIMÕES, 2017, p.35).

O terceiro bloco refere-se à condição de ocupação do imigrante no Brasil, se possuíam carteira assinada, ramo de atividade econômica, remuneração,



horas semanais trabalhadas, práticas discriminatórias, escolaridade e remessas para o exterior. Com relação a condição de ocupação, temos os seguintes dados:

Tabela 19 – Distribuição relativa dos imigrantes venezuelanos por sexo, segundo condição de ocupação no trabalho no Brasil, Boa Vista, 2017

Condição de ocupação	Total	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
Empregado	28,4	28,9	27,4
Conta-própria	31,7	33,3	29,0
Desempregado	35,4	35,0	36,1
Outros	3,5	1,7	6,6
Ignorados	0,9	1,0	0,8

Fonte: Catédra Sérgio Vieira de Mello/UFRR, Pesquisa Perfil Sociodemográfico e Laboral da Migração Venezuelana no Brasil, 2017

(SIMÕES, 2017, p.32).

Podemos verificar que a “porcentagem de desempregados é alta, com 35,4% dos indivíduos desempregados, muito acima da taxa oficial de desemprego da Venezuela, divulgada pelo IMF (2017), de 25,3% e muito acima da do Brasil, de 13,1% (IMF, 2017)”. 31,7% dos imigrantes trabalham por conta própria, “o que pode significar uma precarização do mercado de trabalho dos migrantes venezuelanos em Boa Vista” (SIMÕES, 2017, p.32). Somente 28,4% dos entrevistados são empregados, e destes, apenas 47,1% têm carteira de trabalho assinada (grifamos) - (SIMÕES, 2017, p.32).

Apesar dos dados da pesquisa do CNIg apontarem para a o quantitativo de desempregados, conforme o “Relatório Conjuntura: tendências da imigração e refúgio no Brasil”, do Ministério da Justiça, com base em pesquisa realizada de maio a agosto de 2019, período em que foram contratadas 28.454 imigrantes no Brasil, e destes, 943 estão em Roraima, correspondendo a 31,2 % das contratações do quadrimestre (G1). Na análise do gênero, constatamos que os homens têm um percentual maior na categoria desempregados e atuantes por conta própria; e as mulheres nas demais categorias.

Quanto ao ramo de atividade econômica desenvolvidas pelos imigrantes empregados e conta própria, 36,5% são do ramo de comércio, apenas 12,3% da construção civil, sendo uma grande quantidade (30,7%) dentro de outros serviços, como trabalhadores do lar, trabalho sexual, outros serviços e indústria. Destes, as



mulheres têm uma atividade maior no comércio e na categoria “outros”; e os homens, nas demais categorias (SIMÕES, 2017, p.32).

A remuneração média dos empregados e por conta própria no Brasil, 50,4% recebem menos de um salário mínimo, 44% recebem entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 4,8% indicaram receber mais de 2 salários mínimos, ou seja, acima de R\$ 1.874 reais.

Ressaltamos que as mulheres imigrantes também recebem menos que os homens, assim como ocorre com as trabalhadoras brasileiras, especialmente quando a remuneração é acima de 2 salários, em que a diferença é de quase o dobro entre homens (5,9%) e mulheres (3,0%).

Sobre a carga horária semanal, mais da metade, 52,1% do total afirmou trabalhar mais de 40h (na maioria homens, 53,6%; e 49,6% das mulheres); 41,4%, entre 20h a 40h (praticamente um “empate” nos percentuais entre homens e mulheres, 41,8% e 40,7%, respectivamente) e 6,4%, até 20h - verificamos que o percentual de mulheres atuantes nesta carga horária era o dobro que a dos homens, 9,6% para 4,6%. (SIMÕES, 2017, p.33).

No tocante à discriminação no ambiente de trabalho a pesquisa apontou que 15,9% do total (16,1% dos homens e 15,6% das mulheres) responderam que trabalham mais horas ou recebem menor salário (16,7% do total - 20,7% dos homens e 8,9% das mulheres) que os brasileiros. Chama a atenção o fato de que o percentual dos homens que recebem salário menor que os brasileiros ser mais que o dobro das mulheres. “Percebe-se números menores daqueles que recebem menos de um salário mínimo (50,4%) e que trabalham mais de 40 horas semanais (52,1%)” - (SIMÕES, 2017, p.34).

A nacionalidade também é motivadora de discriminação laboral (62,9% do total, 58,6% dos homens e 71,1% das mulheres), verificamos a grande diferença entre os gêneros, onde a venezuelana é mais discriminada, por ser mulher (SIMÕES, 2017, p.34).

A pesquisa do CNIg apresenta um cruzamento da variável “escolaridade” com demais variáveis, como “condição de ocupação”, “ramo de atividade” e “remuneração mensal”, que aponta para a realidade de que dentre os imigrantes que trabalham, há um total de 60% que estão empregados, sendo que a maior



parte tem como escolaridade ensino médio completo (19,9%) ou ensino superior completo (18,3%).

Da totalidade dos imigrantes pós-graduados ou estão empregados ou trabalham por conta-própria, mesmo que em áreas diferentes de sua formação, sendo que o índice de desempregados com este nível de escolaridade é 0%. Já a grande maioria de analfabetos está desempregada, com apenas 25% deles empregados e nenhum trabalhando por conta-própria. (SIMÕES, 2017, p.44).

Na tabela a seguir podemos avaliar a distribuição dos imigrantes, por ramo de atividade, conforme sua escolaridade:

Tabela 46 – Distribuição relativa dos imigrantes venezuelanos, por ramo de atividade, segundo escolaridade, Boa Vista, 2017

Escolaridade	Serviços de alimentação	Comércio	Construção civil	Outros	Total
Analfabeto	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3
Ensino fundamental completo	0,5	1,5	1,0	1,3	4,4
Ensino fundamental incompleto	0,5	0,8	0,0	0,3	1,5
Ensino médio completo	5,2	10,1	4,6	10,3	30,2
Ensino médio incompleto	1,0	4,4	2,6	3,4	11,3
Ensino superior completo	8,0	11,6	2,8	7,5	29,9
Ensino superior incompleto	3,6	6,4	1,3	7,2	18,6
Pós-graduado (Esp/mestr/dout)	1,5	1,5	0,0	0,8	3,9
Total	20,4	36,3	12,6	30,7	100,0

Fonte: Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UFRR, Pesquisa Perfil Sociodemográfico

(SIMÕES, 2017, p.45).

Considerando o ramo de atividade e a escolaridade percentual de empregados de acordo com a escolaridade, nota-se que 100% dos empregados analfabetos trabalham em construção civil. Já entre empregados com outros níveis de escolaridade, a maioria trabalha com o ramo comercial e serviços de alimentos (SIMÕES, 2017, p.44). Ao verificar-se os imigrantes que exercem alguma função remunerada, 36,6% trabalham com comércio, prevalecendo novamente aqueles com ensino superior completo ou ensino médio completo. (SIMÕES, 2017, p.45).

Dos imigrantes com ensino fundamental incompleto que exercem atividade remunerada, 40% recebem mais que 2 salários mínimos, um percentual relativamente alto em comparação com os demais índices. Já entre os imigrantes analfabetos, 100% recebem abaixo de um salário mínimo. E, apesar de vários



imigrantes possuírem pós-graduação, apenas 7,1% destes recebem mais de 2 salários mínimos (SIMÕES, 2017, p.46).

O quarto bloco aborda questões sobre a discriminação sofrida pelos venezuelanos no Brasil. Verificamos que 32,9% sofreram devido sua nacionalidade - em sua maioria, homens; e 3,2% sofreram outro tipo de ato hostil. Importante destacar que um alto índice (63,9%) dos venezuelanos não sofreram nenhuma hostilidade. Quanto aos autores das hostilidades, 83,8% foram cidadãos comuns brasileiros, 8,3% de servidores público 7,9% de outras pessoas. (SIMÕES, 2017, p.46).

Considerações Finais

A imigração venezuelana aumentou a partir de 2015, com um fluxo maior em 2017. Ela é motivada em sua maior parte pela crise econômica e política do país vizinho. Quanto ao perfil social, os imigrantes são em maior parte homens solteiros com idade entre 20 e 39 anos, não são fluentes em português (o que prejudica sua inserção social e no mercado de trabalho e exige um esforço para o aprendizado, que é promovido pelo estado, por meio de instituição, como a UFRR, por exemplo). Em geral, imigrantes apresentam bom nível de escolaridade (78% com nível médio completo e 32% com superior completo ou pós-graduação).

Quanto à trajetória migratória os imigrantes são oriundos de 24 províncias venezuelanas, especialmente de Bolívar, Monaguás e Caracas; eles chegam de ônibus; mais de 50% possuía rede migratória no Brasil, formada por amigos (apontando que essas relações estão em formação dentro desse processo migratório) e veio para o Brasil desacompanhados, com exceção das mulheres, que em sua maioria vieram com seus filhos. Este dado carece atenção pois, devido a condição de vulnerabilidade delas, necessitarão de apoio com atendimento de saúde, escolar, creches, etc., de modo que elas tenham condições de trabalharem e promover o sustento próprio e dos familiares.

No Brasil a 82% do total são solicitantes de refúgio, aproximadamente 30%. possui somente o protocolo de refúgio; 23% possuem carteira de trabalho, 29% CPF e 4% não possuem nenhum documento.



A respeito das condições de vida, a maioria vive em moradia alugada, compartilhando o imóvel com outras pessoas (alguns até comais de 20 pessoas), arcando com um custo de até R\$ 300,00, em média. Mais de 50% dos imigrantes utilizaram os serviços públicos em Roraima, destacadamente na área da saúde e educação.

Quanto ao perfil trabalhista grande parte trabalhava na Venezuela em atividade formais e informais. No Brasil a maioria não está empregada, mas 60% possui alguma atividade remunerada, sendo 28% formalmente empregados; A maioria atua nos seguintes ramos de atividades: comércio (37%), serviço de alimentação (21%) e construção civil (13%). Aproximadamente a metade não tem carteira de trabalho assinada e trabalham acima de 40 horas semanais.

Quanto a remuneração. Em média 51% dos trabalhadores recebem menos de um salário mínimo, 44% recebem entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 5% indicaram receber mais de 2 salários mínimos. As mulheres recebem menos que os homens, especialmente em cargos que ganham mais que 2 salário mínimos. Cerca de 55% dos imigrantes conseguem mandar dinheiro para Venezuela (em média R\$ 100,00 e R\$500,00) para auxiliar no sustento de seus genitores, filhos, dentre outros familiares.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL, Decreto - Lei n. 5.452/1943. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**.

_____, **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Casa Civil Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 fev 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Cartilha para os solicitantes de refúgio no Brasil**. Publicado em 02 nov. 2014. Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/cartilha-para-solicitantes-de-refugio-nobrasil/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/operacao-acolhida/perguntas-e-respostas>>. Acesso em 02 mar. 2020.

CHADE, Jamil. **Taxa de desemprego no Brasil irá se manter em patamares elevados, prevê OIT**. In: NOTÍCIAS UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/20/taxa-de-desemprego->



no-brasil-ira-se-manter-em-patamares-elevados-preve-oit.htm>. 20/01/2020.
Acesso em 08 mar. 2020.

FOLHA DE BOA VISTA. **Mais de 88 mil imigrantes pediram refúgio.** POLYANA, Giardini. 19/07/2019. Jul. 2019. Disponível em:<<https://folhabv.com.br/noticia/Mais-de-88-mil-imigrantes-pediram-refugio/55545>>. Acesso em 22 fev. 2020.

Roraima poderá deixar de ser o menor PIB em alguns anos. Jan. 2020. Disponível em:<<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-podera-deixar-de-ser-o-menor-PIB-em-alguns-anos/61621>>. Acesso em 22 fev. 2020.

G1. **Roraima tem a maior taxa formal de contratação de imigrantes no país, aponta o Ministério da Justiça.** Nov. 2019. Disponível em:<<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/11/12/rr-tem-maior-taxa-de-contratacao-formal-de-imigrantes-no-pais-aponta-ministerio-da-justica.gh.html>>. Acesso em 20 fev. 2020.

KERGOAT, Danièle. CAMPOS, Antônia Malta (Trad). **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso em 02 fev 2020.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em:<<http://boavistaja.com/destaque/2020/01/14/pedido-de-refugio-de-venezuelanos-em-rr-cresce-269-900-em-cinco-anos-aponta-ministerio-da-justica/>>. Acesso em 01 mar. 2020.

POLÍCIA FEDERAL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RORAIMA. Disponível em:<<http://www.pf.gov.br/institucional/unidades/superintendencias-e-delegacias/Roraima>>. Acesso em 10 dez 2019.

RESENDE, Ricardo, **Direito do trabalho esquematizado.** Ed. 6º. São Paulo: MÉTODO, 2016.

SIMÕES, Gustavo da Frota, SILVA, Leonardo Cavalcanti da; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista**, p 21 - 48. In: SIMÕES, Gustavo da Frota (organizador). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Curitiba: CRV, 2017. 112 p. Disponível em:<<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>>. Acesso em 12 nov. 2019.